

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO n.º _____, de 2020

(Da Bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, informações sobre o pedido de missão do Grupo de Trabalho de Desaparecimentos Forçados da ONU e temas relacionados à Memória, Verdade e Justiça.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações e documentos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, referentes ao pedido de missão do Grupo de Trabalho de Desaparecimentos Forçados da ONU ao Brasil e temas relacionados à Memória, Verdade e Justiça no país.

As informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da Constituição Federal.

1. Quando o governo brasileiro responderá à solicitação do Grupo de Trabalho de Desaparecimentos Forçados da Organização das Nações Unidas (ONU) para uma missão oficial ao país? Este Ministério pretende colaborar com a realização desta missão e prover os documentos e informações por ela solicitados?
2. Solicita-se lista exaustiva de todas as solicitações de missões de organismos internacionais e suas relatorias e grupos de trabalho ao Brasil, constando a data em que foram recebidas, quando e em que termos foram ou serão respondidas, assim como os respectivos responsáveis dentro deste e outros ministérios para encaminhamento dos respectivos pedidos. Solicitam-se cópias de todos os cronogramas e programas das missões já realizadas ou previstas, assim como as notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado às solicitações deste tipo. Em caso de eventual classificação restritiva a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do TCI correspondente.
3. Este Ministério reconhece que em 1964 houve um golpe militar que instalou uma ditadura que perdurou entre 1964 e 1985? Como este Ministério responde à preocupação da ONU em relação às “renovadas observações públicas feitas por membros do governo ao mais alto nível, negando a existência de uma ditadura militar no Brasil entre 1964 e

1985, ou avaliando positivamente os eventos ocorridos durante este período, bem como com alegações de interferência no trabalho dos mecanismos de justiça transicional existentes”¹?

4. Que providências estão sendo tomadas para o pleno cumprimento da sentença do caso Gomes Lund vs. Brasil na Corte interamericana de Direitos Humanos? Solicitam-se as descrições de todas as ações empreendidas e/ou planejadas, com os respectivos responsáveis discriminados, assim como as cópias de todas notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado a este esforço. Em caso de eventual classificação restritiva a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do TCI correspondente.
5. Este Ministério tem ciência de que uma denúncia sobre o encontro do presidente da República com o tenente-coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura e as homenagens prestadas pelo governo a ele foi recebida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos como amicus curiae no caso Gomes Lund vs. Brasil? Este Ministério avalia que o Brasil incorreu em violação da sentença da Corte neste caso ao homenagear um dos principais responsáveis pelas violações perpetradas pelo Estado brasileiro no contexto da repressão à Guerrilha do Araguaia? Em caso negativo, justificar.
6. Este Ministério concorda com o conteúdo da carta enviada² pelo Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Paraguai à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) questionando o funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e pedindo maior autonomia dos Estados neste tema? Como este Ministério avalia a decisão do Secretário Geral da OEA de vetar a nomeação do Sr. Paulo Abrão como Secretário Executivo da CIDH a despeito da decisão unânime da Comissão de renovar seu mandato? O Brasil apoia esta ingerência indevida da OEA sobre a autonomia da CIDH?
7. Em que estágio se encontram os documentos a serem entregues para a Revisão Periódica Universal (RPU)? Solicitam-se cópias de todos os documentos, minutas, relatórios, notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionados à RPU produzido no âmbito deste Ministério. Em caso de eventual classificação restritiva a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do TCI correspondente.

1 Disponível em: [Jamil Chade - ONU quer enviar missão sobre ditadura, mas Brasil não responde desde abril](#) - Setembro, 2020

2 Disponível em: [O Globo: Brasil e mais quatro países pedem 'mais autonomia' à comissão de direitos humanos da OEA](#) - Abril, 2019

8. O governo brasileiro possui políticas públicas de memória e verdade em linha com o previsto pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade e com as obrigações e compromissos do Brasil a nível internacional? Em caso negativo, por que? Em caso afirmativo, solicita-se a descrição de todas políticas empreendidas e/ou planejadas, assim como cópias de todas notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado a este tema. Em caso de eventual classificação restritiva a algum destes documentos, solicita-se o envio da cópia do TCI correspondente.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pela imprensa³, o Grupo de Trabalho de Desaparecimentos Forçados da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou, em abril, autorização para realizar uma missão oficial ao Brasil para investigar a situação dos mecanismos de reparação e memória no país. Até o momento o Estado brasileiro não respondeu à solicitação. O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, em resposta a questionamentos da imprensa, alegou, simplesmente, que há atrasos por conta da pandemia.

De acordo com um informe que será apresentado daqui duas semanas na ONU, em Genebra, o Grupo de Trabalho “continua preocupado com as renovadas observações públicas feitas por membros do governo ao mais alto nível, negando a existência de uma ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985, ou avaliando positivamente os eventos ocorridos durante este período, bem como com alegações de interferência no trabalho dos mecanismos de justiça transicional existentes”.

Segundo o documento, existem “preocupações sobre as supostas regressões nas políticas públicas do Estado para enfrentar os desaparecimentos forçados que ocorreram no Brasil durante a ditadura militar, particularmente no que diz respeito à busca de vítimas”. A visita, neste sentido, “permitiria ao Grupo de Trabalho examinar in situ questões relacionadas a seu mandato, aconselhar sobre a implementação da Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e fazer recomendações construtivas e concretas a respeito”.

Vale ressaltar que, em maio deste ano a Corte Interamericana de Direitos Humanos acatou como amicus curiae⁴ a denúncia da bancada do PSOL, em conjunto com o Instituto Vladimir Herzog e o Núcleo de Preservação da Memória Política, contra o governo Bolsonaro por não cumprir com disposições da sentença que condenou o Brasil por violação dos direitos humanos no caso da Guerrilha do Araguaia. A denúncia ocorreu⁵ depois que o presidente da república recebeu Curió, um dos responsáveis pelos crimes cometidos naquela ocasião, no Palácio do Planalto.

3 Disponível em: [Jamil Chade - ONU quer enviar missão sobre ditadura, mas Brasil não responde desde abril](#) - Setembro, 2020

4 Disponível em: [Mônica Bergamo: Corte Interamericana acata denúncia contra governo Bolsonaro por insulto a vítimas da ditadura](#) - Maio, 2020

Além disso, o governo publicou em suas redes sociais oficiais homenagem ao coronel, insultando a memória de suas vítimas.

À luz dos compromissos internacionais do Brasil e de nossa Constituição, e considerando nosso necessário e ainda inconcluso processo de justiça de transição, urge que este Parlamento e a sociedade brasileira em geral tenham acesso às informações e documentos aqui solicitados.

Salas das Sessões, 09 de setembro de 2020

Sâmia Bomfim

Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues

PSOL/PA

Marcelo Freixo

PSOL/RJ

Fernanda Melchionna

PSOL/RS

Áurea Carolina

PSOL/MG

David Miranda

PSOL/RJ

Glauber Braga

PSOL/RJ

Ivan Valente

PSOL/SP

Luiza Erundina

PSOL/SP

Talíria Petrone

PSOL/RJ